

A EXPANSÃO DOS CURSOS PROFISSIONAIS EM PORTUGAL

QUE IMPACTO NA EDUCAÇÃO,
NO EMPREGO E NO EMPREENDEDORISMO?



POLICY PAPERS
DA FUNDAÇÃO

6 JULHO, 2026

CENTRO CULTURAL DE BELÉM

SUMÁRIO DA REUNIÃO DE STAKEHOLDERS

A expansão dos cursos profissionais em Portugal: que impacto na educação, no emprego e no empreendedorismo?

6 JULHO 2026, CENTRO CULTURAL DE BELÉM, LISBOA

No dia 6 de julho, a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) organizou uma reunião privada dedicada à expansão do ensino profissional em Portugal, promovendo um debate em torno dos seus principais desafios e dos seus potenciais contributos para o desenvolvimento do país.

Esta reunião surgiu a propósito do *policy paper* «A expansão dos cursos profissionais em Portugal: que impacto na educação, no emprego e no empreendedorismo?», da autoria de Pedro S. Martins, Luís Catela Nunes, Pedro Reis e Teresa Thomas, investigadores do Centro de Economia da Educação da Nova SBE, e publicado pela Fundação em 2025. Este volume é o primeiro de três *policy papers* que incidem sobre os retornos económicos da educação – um projeto da Fundação coordenado por Luís Catela Nunes.

A reunião teve início com a intervenção de António Araújo, Diretor de Publicações e membro do Conselho de Administração da FFMS, a que se seguiu um discurso de Fernando Alexandre, Ministro da Educação, Ciência e Inovação. A sessão estruturou-se em duas partes: em primeiro lugar, uma apresentação dos resultados do *policy paper* por Pedro S. Martins e Luís Catela Nunes; em segundo lugar, um debate moderado por Carlos Jalali, coordenador da área de estudos da Fundação. O debate contou com a participação de mais de 30 *stakeholders*, tais como decisores políticos, altos quadros da Administração Pública, administradores escolares, empresários e outros representantes dos mais variados quadrantes da sociedade civil (ver lista de participantes no final do documento).



APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O referido *policy paper* contempla um breve enquadramento sobre o desenvolvimento do ensino profissional em Portugal, cuja grande expansão nas escolas públicas se verificou a partir de 2006, impulsionada por novas prioridades políticas, em articulação com o alargamento da escolaridade obrigatória. Os resultados mostram que a expansão do ensino profissional teve impactos significativos em diferentes indicadores, nomeadamente na redução das taxas de abandono e de retenção escolar, no aumento da empregabilidade e na criação de novas empresas.

Não obstante os resultados positivos, e apesar do aumento substancial da percentagem de estudantes do ensino e formação profissionais no ensino secundário, Portugal continua a registar uma taxa de participação inferior à média da União Europeia. É, por isso, essencial reforçar a capacidade de adaptação, flexibilidade e inovação do sistema, de forma a promover a crescente valorização do ensino profissional em Portugal.

A reunião beneficiou também da disponibilização de dados selecionados do segundo *policy paper* da coleção, «Ensino superior e emprego jovem em Portugal: tendências, resultados e comparações internacionais», desenvolvido por Luís Catela Nunes, Pedro Reis e Teresa Thomas. Esta publicação analisa os ganhos económicos associados ao prosseguimento de estudos no ensino superior. Para tal, compara, em matéria salarial e de empregabilidade, o ensino secundário profissional, o ensino secundário científico-humanístico e diferentes níveis do ensino superior (licenciaturas e mestrados).

Os dados revelam que 78% dos diplomados do ensino profissional ingressam diretamente no mercado de trabalho, enquanto apenas 22% prosseguem estudos no ensino superior. Este cenário evidencia o desafio de conciliar a aposta na qualificação de nível superior da população com a valorização e expansão do ensino profissional. Neste contexto, importa assegurar que a oferta formativa de nível superior seja adequada às competências e ao perfil destes estudantes, criando condições para o sucesso académico, mesmo após a conclusão do ensino secundário.

Na conclusão da apresentação do *policy paper*, os autores alertaram ainda para as limitações das bases de dados disponíveis, que dificultam a ligação entre os percursos escolares e profissionais e, consequentemente, a avaliação do impacto das políticas públicas. Destacaram, por isso, a importância de se desenvolver um sistema de informação que disponibilize dados fiáveis para apoiar os processos de tomada de decisão.





DEBATE EM GRUPO

Após a apresentação dos resultados, iniciou-se um debate moderado pelo coordenador da área de estudos da Fundação, Carlos Jalali, que reiterou a importância do diálogo entre os diferentes *stakeholders* na definição de políticas públicas de qualidade. Partindo do reconhecimento dos aspectos positivos evidenciados no *policy paper*, a discussão permitiu identificar um conjunto de desafios que o ensino profissional ainda enfrenta e que merecem reflexão, com vista a reforçar a sua qualidade e o seu impacto.

Foi reconhecida a importância do contributo das empresas na discussão em torno do ensino profissional. A oferta formativa deve responder às necessidades do tecido empresarial e do mercado de trabalho, sendo essencial assegurar o envolvimento ativo das empresas na sua definição. Foi igualmente sublinhada a relevância que os cursos de aprendizagem podem ter para a qualificação dos alunos, conferindo maiores responsabilidades às empresas que detêm o conhecimento técnico necessário, bem como a importância do reforço da via profissionalizante.



Destacou-se ainda a necessidade de promover o trabalho em rede e de garantir respostas ajustadas às especificidades locais e às estratégias de desenvolvimento regional. Neste âmbito, foi salientado o papel das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) no planeamento da rede escolar e da oferta formativa, de forma a assegurar uma maior adequação entre a formação disponibilizada e as necessidades dos territórios, designadamente como forma de fixar pessoas nas regiões que têm vindo a perder população nas últimas décadas.

No seguimento desta reflexão, houve quem alertasse para a dificuldade em garantir a procura de determinados cursos, mesmo quando estes respondem a necessidades identificadas nos territórios. Ou seja, há áreas de estudo que, apesar da escassez de mão de obra e das perspectivas de remuneração competitiva, continuam a registar baixos níveis de procura. Apesar dos progressos alcançados, o ensino profissional continua a ser, muitas vezes, percecionado como uma opção de recurso.

Para responder a este desafio, foi destacada a importância de envolver as famílias, reconhecendo o papel determinante que desempenham nas escolhas educativas e profissionais dos alunos. Além disso, é fundamental investir na orientação vocacional, considerada ainda insuficiente e, em muitos casos, centrada na oferta formativa de cada escola, em detrimento das necessidades da região e dos interesses dos alunos. Neste contexto, foi defendida a importância de melhorar os mecanismos de orientação vocacional e de integrar uma perspetiva de planeamento de carreira, permitindo aos alunos tomar decisões mais informadas sobre os seus percursos educativos e profissionais.

A este propósito, foi reiterada a importância da disponibilização pública de informação fiável e detalhada sobre os resultados do ensino profissional, nomeadamente ao nível da empregabilidade, dos percursos profissionais e das remunerações, desagregada por curso, região e área de atividade. A disponibilização destes microdados permitiria apoiar decisões mais informadas por parte dos jovens, das famílias, das escolas, das CCDR e dos restantes atores, contribuindo para uma melhor adequação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho e para uma maior valorização do ensino profissional.

Outro ponto relevante abordado durante a reunião prende-se com a dificuldade em recrutar professores e formadores para áreas caracterizadas por uma elevada escassez de mão de obra, o que constitui um desafio adicional para a consolidação da oferta formativa. Paralelamente, foi defendida a necessidade de investir no desenvolvimento de competências transversais, reconhecendo que a formação não deve centrar-se exclusivamente nas competências técnicas prevaletentes num determinado momento. Neste sentido, destacou-se a importância de reforçar as *soft skills*, como a empatia, a capacidade de resolução de problemas, a adaptabilidade e a literacia financeira, consideradas fundamentais para a integração e o sucesso dos alunos no mercado de trabalho.





Foi ainda defendido o reforço de mecanismos de apoio à continuidade dos estudos ao nível do ensino superior, designadamente através de bolsas de estudo, bem como o aumento das vagas nos CTeSP (cursos técnicos superiores profissionais), reconhecidos como uma relevante porta de entrada para licenciaturas e, posteriormente, para outros ciclos de estudos. Considerou-se que um investimento nesse sentido poderia contribuir para mitigar as desigualdades sociais, uma vez que boa parte dos estudantes do ensino profissional é oriunda de contextos socioeconómicos e familiares desafiantes.

Foi igualmente salientada a importância de envolver as instituições de ensino superior no planeamento da oferta do ensino profissional, de forma a assegurar percursos de continuidade que valorizem a progressão académica e o desenvolvimento profissional ao longo da vida.

O evento terminou com uma súmula por parte de Carlos Jalali, estruturada em torno de quatro ideias fundamentais que, na sua perspetiva, sintetizam os principais aspetos do debate: (i) **articulação** entre as empresas e as escolas secundárias e o ensino superior; (ii) **adaptação** do ensino às necessidades dos alunos e das regiões; (iii) **antecipação** dos desafios, para minimizar o impacto de respostas tardias; (iv) **acesso** a dados para apoiar a tomada de decisão.

LISTA DE PARTICIPANTES

(POR ORDEM ALFABÉTICA)

Alexandra Gonçalves, CCDR do Algarve
Amadeu Dinis, ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais
Ana Cláudia Valente, DGERT – Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
Ana Vieira, CCP – Confederação do Comércio
André Miranda, Escola Técnica Profissional da Moita
Angélique da Teresa, Comissão Parlamentar de Educação e Ciência (IL)
António Araújo, Fundação Francisco Manuel dos Santos
Carlos Carvalho, ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários
Carlos Jalali, Fundação Francisco Manuel dos Santos
David Sousa, ANDAEP
Domingos Lopes, IEF – Instituto do Emprego e Formação Profissional
Fernando Alexandre, Ministro da Educação, Ciência e Inovação
Florbela Leopoldo, Confederação dos Agricultores de Portugal
Gonçalo Parreira, CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais
Isabel Dias, UGT – União Geral de Trabalhadores
Leonor Sopas, Católica Porto Business School
Luís Catela Nunes, Nova School of Business and Economics
Luís Costa, Confederação Nacional de Educação e Formação
Luísa Loura, Fundação Francisco Manuel dos Santos
Margarida Mano, CCDR de Lisboa e Vale do Tejo
Maria José Aguiar, Comissão Parlamentar de Educação e Ciência (CH)
Mariana Leitão, Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (IL)
Mário Tavares Paracana, Comissão Parlamentar de Educação e Ciência (CH)
Miguel Herdade, Fundação Jerónimo Martins
Mónica Vieira, Teresa e Alexandre Soares dos Santos – Iniciativa Educação
Nuno Neto Rodrigues, Direção-Geral das Estatísticas da Educação
Patrícia Neto Martins, CCDR do Algarve
Paula Silvestre, Associação Empresarial de Portugal
Pedro Ginjeira do Nascimento, Business Roundtable Portugal
Pedro Pereira, Confederação dos Agricultores de Portugal
Pedro S. Martins, Nova School of Business and Economics
Pedro Saraiva, PLANAPP
Rafael Alves Rocha, CIP – Confederação Empresarial de Portugal
Raquel Barão, Fundação Jerónimo Martins
Raquel Campos Franco, Católica Porto Business School
Rodrigo Queiroz e Melo, AEEP – Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo

